

# Discurso liberal e cativoiro na cena literária de Machado de Assis

VALMIR DE SOUZA



**VALMIR DE SOUZA** é professor de Literatura e Cultura Brasileira e autor de *Cultura e Literatura: Diálogos* (FunCultura).

o mundo do trabalho capitalista sempre regeu as relações de trabalho pelas formas da bondade, do favor ou do chicote – ora combinadas, com o estalo embutido na forma educada do mando, ora separadas e às escâncaras. O mundo capitalista, agora globalizado, em torno do qual gravitam hoje todas as nações, tomou corpo com o liberalismo do século XIX que pregava o fim da escravidão. Esse modelo, que ocultava o trabalho forçado de brancos, no fundo pretendia a substituição do trabalho escravo pelo “trabalho livre”, conforme Roberto Schwarz, em estudo clássico sobre a adaptação do ideário liberal no Brasil, em que afirma:

“Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa para usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação” (Schwarz, 2000, p. 29).

Machado de Assis (1839-1908), já em sua fase madura, “sentiu” e encenou o discurso liberal e suas relações com a questão abolicionista, especialmente em crônicas de 1888 que servem para ilustrar a “natureza do monstro” liberal e suas contradições. Considerado um vanguardista *avant la lettre* por mudar radicalmente as formas literárias, seu suposto “absenteísmo” social é contrariado por sua esgrima, ora sutil, ora declarada, contra as mazelas políticas de seu tempo.

Apesar de ter passado de uma juventude mais combativa em jornais para uma fase “madura” mais cética (Schwarz, 2000, p. 24), isso não diminui a importância de sua obra, até porque em sua vida profissional sempre defendeu, em seus pareceres sobre questões ligadas ao direito de terras, pequenos lavradores, posseiros e ex-escravos (Chalhoub, 2003).

Ainda que não fosse um militante dos movimentos políticos, Machado mantinha sintonia fina com as “causas secretas” da humanidade de seu tempo, refletindo o que chamava de “sentimento íntimo”<sup>1</sup>. Sua produção literária trata da “questão servil” (Chalhoub, 2003), sendo universal por ser universal o modelo de vida que regia as relações sociais.

O autor não se eximiu, em seus contos e romances, das questões da política do favor e da violência. John Gledson (2007, p. 13), referindo-se aos contos “Pai Contra Mãe” e “O Caso da Vara”, afirma que Machado tratou de “um assunto que até certo ponto era tabu naqueles anos” e não são “nada contidos em termos de violência, da injustiça e da força destruidora da instituição que evidenciam”.

## DEFENSORES DA LIBERDADE COM PROPRIEDADE!

A questão da escravidão foi abordada por deputados liberais do Segundo Império, para os quais a emancipação dos cativos era uma “questão de polícia” e um problema econômico que desestruturava o modelo vigente. Enfim, para alguns liberais a libertação dos sexagenários seria um “perigo” ou uma “desumanidade”, havendo aqueles que se sentiam no direito de ter uma indenização pela soltura dos escravos.

Repare-se na “benevolência” de ilustres representantes políticos em relação à escravaria, evidenciada na seguinte declaração do Conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu: “Sem indenização, a alforria de escravos, velhos ou moços, é um ataque ao direito de propriedade, garantido em toda a sua plenitude pela Constituição do Império” (apud Mendonça, 1999, p. 145)<sup>2</sup>. Claro, defendia-se a abolição desde que houvesse indenização por parte do Estado. Sem dúvida, a lei estava a favor dos mais fortes. Já a fala de outro deputado liberal, Felício dos Santos (1884), apesar de declarar que ele e os brasileiros detestavam o regime escravocrata, na verdade reafirma o trabalho escravo: “Ninguém no Brasil sustenta a escravidão pela escravidão, mas não há um só brasileiro que não se oponha aos perigos e às calamidades da desorganização do atual sistema de trabalho” (apud Mendonça, 1999, p. 51). Essas mobilizações discursivas visavam explicitamente a manter o regime.

Nessas declarações o que estava em jogo era o modelo escravocrata, que os “liberais”, apesar de estarem discursivamente a favor da emancipação, não queriam “desorganizar”, exatamente porque isso demandaria uma mudança na estrutura da sociedade patriarcal, o que levaria à bancarrota os latifundiários da época. Esse “perigo” deveria ser evitado a todo custo e a libertação deveria ocorrer com calma.

As emancipações foram realizadas lentamente, como mandavam os figurões

1 Cf. “Notícia Atual da Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade” (Assis, 1992, pp. 801-9).

2 Devo o “achado” dessa obra à leitura da coluna de Elio Gaspari, “Memória, Conversa Fiada” (*Folha de S. Paulo*, 4/1/2004). Cf. também sobre as questões relativas às leis de emancipação o excelente estudo de Sidney Chalhoub, 2003.

da época, implantadas por fases, primeiro com o ventre livre (1871), os sexagenários (1885) e, enfim, a glória da liberdade “total” (1888). Como afirma Sidney Chalhoub (2003, p. 142), os projetos de emancipação lenta “evitariam a emancipação brusca e preveniriam ‘a desordem e a infelicidade dos próprios libertos’, ao mesmo tempo em que abririam canais institucionais para ‘emancipações parciais e sucessivas, nunca em grandes massas’”. No controle do processo, os representantes dos latifundiários achavam que as coisas deveriam ir devagar e sempre, pois o andor era de barro.

A importação das ideias do liberalismo econômico europeu para o Brasil no século XIX encontrava um grande empecilho: a prática do escravismo nos latifúndios, que não se coadunava com a onda liberal. Não poderiam “vingar”, pois esse “algo” local gerava um descompasso político e social. Segundo Roberto Schwarz, “essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando,

até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado” (Schwarz, 2000, p. 14)<sup>3</sup>.

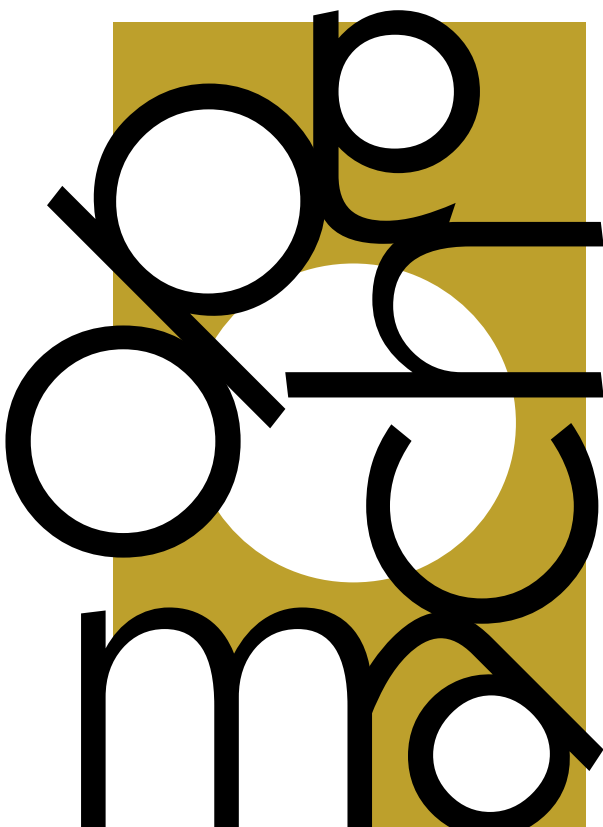
Em artigo iluminador sobre a importação das ideias europeias, comentando os trabalhos de Roberto Schwarz e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), Tales A. M. Ab’Sáber mostra como os senhores locais se apropriavam dos ideais importados para a manutenção do “jeito brasileiro” (Ab’Sáber, 2007, p. 274). A “forma” usada pela classe senhoril, figurada em *Brás Cubas*, não levaria em consideração o outro, o leitor e o escravo, desprezando-os a todos. A importação de ideias “[...] sempre foi muito bem-vinda à elite brasileira, na medida em que servisse ao predomínio social vigente” (Ab’Sáber, 2007, p. 274). E completa o autor do artigo:

“Noutras palavras, o universo das ideias, das técnicas e das ciências está disponível imaginariamente para o prazer do proprietário, que em nada é comprometido por ele, dada a verdade do predomínio direto nas relações sociais. Assim, tal universo simbólico forte, tornado fraco, convive, em um regime misto, estranho e outro em relação a seus próprios princípios, com o *real mais forte do gesto aleatório*, egoísta, interessado ou absurdo, do mesmo (tipo de) sujeito, o que contradiz à luz do dia da cultura o centro ideológico mais firme e consequente daquela outra vida social, também presente” (Ab’Sáber, 2007, p. 274).

Essa passagem caracteriza bem como a forma aleatória do mando era exercida pelas classes dirigentes, refletindo-se na feitura da literatura machadiana, que sofre uma guinada com a obra de 1881. De fato a produção literária de Machado passa por uma metamorfose radical e assume uma “forma sem forma”, isto é, a forma romanesca toma a forma híbrida que gera personagens sem “densidade” social e literária (Ab’Sáber, 2007, p. 274). O hibridismo será uma das formas literárias adotadas pelo autor, com a função de expressar o caráter “vacilante” das personagens.

A escrita de literatura e a produção artística ganham um grau de complexidade

3 Nessa passagem o autor se refere à cultura do *favor* nas relações sociais da segunda metade do século XIX.



maior no Brasil do século XIX. Por quê? Porque a forma importada já não dava mais conta da realidade cruel dos trópicos, assim como o escravismo, forma econômica, não se coadunava com o ideário europeu. O livro de Rodrigo Naves, *A Forma Difícil* (1996), aponta bem essa dificuldade de compor uma obra de arte num país com economia escravagista e uma produção voltada à exportação de matéria-prima para as metrópoles. Segundo o autor, mesmo um artista estrangeiro, Jean Baptiste Debret (1768-1848), recebeu os impactos da escravidão em sua arte, deixando clara a mudança de olhar sobre o Brasil na passagem de sua primeira produção, neoclássica, para as aquarelas, principalmente no que tange à presença de escravos na cena urbana do Rio de Janeiro do século XIX. A obra de Debret, enfim, expressaria a tensão e o descompasso existentes entre a forma europeia e o contexto brasileiro.

## “ÉS LIVRE!”

Como um escritor do quilate de Machado de Assis se relaciona com esse mundo das ideias e reage aos dilemas das artes nesse período?

O autor de *Dom Casmurro* tem uma compreensão aguda da psique social manifesta nos vários tipos humanos e nas circunstâncias sociais. Quanto à temática social em seus escritos, o estilo machadiano “explícita” literariamente o problema, demonstrando assim seu posicionamento quanto às tensões nas relações de mando e obediência. Por exemplo, as relações escravo  $x$  senhor, homem  $x$  mulher, criança  $x$  adulto, mencionadas em vários trabalhos do escritor que funcionam como um “espelho” literário das relações entre empregado e patrão que havia no final do século XIX.

O autor captou o “sentimento” dos deputados defensores do liberalismo tropical apoiado nas leis de mando e do chicote. Isso se expressa claramente nas crônicas publicadas semanalmente no jornal *Gazeta de Notícias*, seção “Bons Dias!” (Assis, 1992,

pp. 483-530), nos anos de 1888 e 1889, nas quais o autor desfere seus golpes sarcásticos aos costumes políticos. Produto da sociedade oitocentista, o texto machadiano não deixa de tecer os mais sutis e, paradoxalmente, os mais explícitos comentários sobre a convivência urbana no Rio de Janeiro, com análises penetrantes que tocam em pontos politicamente contundentes para as classes dirigentes do Império já moribundo.

Antes de comentar a quarta crônica, focalizada neste artigo, vale a pena fazer um pequeno retrospecto das crônicas antecedentes. A primeira, de 5 de abril, comenta as relações do narrador com os leitores, como uma explicação prévia, mas já situa o leitor no mundo político da época.

Na segunda, de 4 de maio, o assunto político vai tomando corpo, e na terceira, de 11 de maio de 1888, o termômetro social aumenta, conduzindo o leitor para o meio do turbilhão e das manifestações abolicionistas nas ruas: tumulto, alvoroço, alforrias, etc. Nessa crônica vai se delineando a perspectiva do narrador “indeciso” quanto ao que está ocorrendo, por exemplo, ao dizer: “Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava achar uma opinião”. No momento em que alguém fala ao narrador “que era preciso fazer uma grande revolução econômica”, o mesmo diz ter compreendido “que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Fiz outro verso, mas vi-me livre de um amolador”<sup>4</sup>.

Note-se também o hibridismo (mistura de crônica e conto) presente na forma aparentemente “solta”, que reflete, de certa maneira, a fala da ordem liberal do narrador: “Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo” (Assis, 1992, p. 488). Essa reprodução ambígua é própria do discurso dos deputados liberais que resistiam às transformações sociais.

Esse elemento, o híbrido, revelado nas atitudes do “senhor” na crônica de Machado, e suas relações com o tema da escravidão são encenados em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), através da personagem Brás Cubas, com seu comportamento dis-

4 Em dois momentos da mesma crônica o narrador fala em fazer versos. No primeiro, diz: “[...] ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso”. Essas duas citações fazem alusão irônica em relação à produção literária de contestação, mostrando os limites da literatura para mudar a situação.

plicente que se reflete na escrita romanesca hibridamente construída, com forma zigzagante, prática que revela o desempenho psíquico e social da personagem. No caso da crônica, fronteira com o conto, isso se revela na forma descontraída da fala do narrador. A forma sinuosa do romance machadiano seria o equivalente literário dos modos de operar de uma classe senhorial.

Datada de 19 de maio de 1888 (Assis, 1992, pp. 489-91), a quarta crônica, que também se apresenta sob uma forma híbrida, constitui-se em paradigma desses discursos “soltos” do pensamento liberal. Nela o autor figurativiza o tema da escravidão, narrando o caso de um proprietário que alforria seu escravo Pancrácio seis dias antes da Lei da Abolição dos Escravos, assinada em 13 de maio de 1888. (Note-se a ironia presente já no nome do escravo, Pancrácio, sujeitado pelo senhor, mas cujo sentido indica a presença de um amplo poder ou aquele que tem poder. Já se sabe da função dos nomes na literatura de Machado.)

O narrador-profeta, sabedor da trama legal que está por vir, como tinha pretensões políticas (ser deputado), intenção que será revelada no último parágrafo, ao soltar o escravo, dá a sua “contribuição” à causa da abolição. Na verdade, ele atua em causa própria, como se vê na seguinte passagem:

“O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites” (Assis, 1992, pp. 490-1).

Como se pode observar, o autor está atento às manobras políticas e econômicas de seu tempo. Esse final da crônica desvenda as segundas intenções dos políticos, “mudancistas” de plantão, que pretendiam mudar para continuar os mesmos.

Nesse quadro, os símbolos da religião oficial se encaixam na moldura discursiva do senhor de escravos com o intuito de fundamentar o argumento político. Por exemplo, as alusões a Cristo durante o jantar de alforria:

“[...] levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não poderiam roubar sem pecado” (Assis, 1992, p. 490).

Esse desempenho político do narrador deveria agradar também à religião (“para satisfação do céu”), deixando claro o papel da instituição católica que, como se sabe, destacou-se como um dos pilares de sustentação do Império. Não se pode deixar de mencionar que a Igreja Católica só em 1887 falou pela primeira vez contra a escravidão, juntamente com os militares que começaram a se recusar a perseguir escravos.

O senhor de escravos, dono da economia do país, faz sua política no sentido de amaciar as tensões causadas pelas relações do sistema de produção. Observe-se que, depois da alforria, a relação senhor x escravo não muda. O escravo continua apanhando (tapas, pontapés, xingos, petelecos) e o senhor segue batendo, mandando e xingando. Após a alforria, o dono o despede, mas, ao negociar a estadia do escravo com um “ordenado”, ficam patentes as intenções de continuar controlando o processo de produção. Nessa cena, veja-se o seguinte diálogo travado entre as “partes”:

“No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

– Tu és livre para ir onde quiseres. Aqui

tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

– Oh! meu senhô! fico.

– ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

– Artura não qué dizê nada, não, senhô...

– Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. *Tu vales muito mais que uma galinha.*

– Eu vaio um galo, sim, senhô.

– Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete” (Assis, 1992, p. 490 – grifo nosso).

Nesse diálogo verifica-se claramente a postura do dono que não quer “abandonar” o cativo: oferece-lhe salário e casa, rebaiando o ordenado e o escravo ao compará-lo a uma galinha. “Tu és livre...”, porém, quando percebe que o “liberto” “não quer” sair (“Meu senhô, fico”), o dono diminui seu salário.

Pancrácio, por sua vez, sente as “ameaças” do futuro inculcadas pelo discurso dominante (“Aqui tens casa amiga, já conhecida”). Essa cena pode ser vista como uma prefiguração da “escravidão crônica” que se perpetua na história brasileira, já que houve quem justificasse a escravidão por esse viés, isto é, da dependência perene dos ex-cativos. Sem lugar aonde ir, ele se sujeita a ficar com o “senhô”, por questão imperiosa de sobrevivência, aliás, como mostra o desdobramento da história brasileira. Observe-se que a Lei dos Sexagenários exigia que os libertos trabalhassem por mais três anos para o ex-senhor.

A parte final da conversa lembra o capítulo 21 de *Memórias Póstumas*, “O Almoceve”, em que Brás Cubas, após ter sido salvo pelo condutor de animais, pensa em retribuir o favor, faz as contas e, em vez de dar cinco moedas de ouro, acaba por “ceder” um cruzado de prata como recompensa. Mas o narrador ainda cogitara que talvez

fosse melhor ter dado uns vinténs de cobre, o que revela a desvalorização social de seu “salvador”. Esse mesmo raciocínio está presente na expressão “Oito ou sete”, que reflete o rebaixamento salarial do escravo, prevendo o que estava por vir nas relações “empregado x patrão” da ordem livre.

Na crônica, as tensões sociais refletem-se no campo da linguagem, isto é, a confrontação das classes é encenada no plano sociolinguístico. Num primeiro momento, destaca-se a metalinguagem do narrador. Este, de alguma forma, finge dominar os vários níveis da língua, bem nos moldes bacharelescos da época. Depois de usar três expressões estrangeiras (duas francesas – *après coup* e *coup de milieu* – e uma latina – *post factum*), ele afirma que prefere “falar a minha própria língua”, mostrando a presença excessiva de estrangeirismos na retórica literária e cultural da época. No entanto, a expressão “própria língua” remete ao “jeito de atuação”, isto é, usar a língua, politicamente falando, seria o jeito brasileiro de lidar com as coisas para manter a sociedade escravista através do discurso liberal. O narrador desloca as expressões importadas, o que enfatiza o seu posicionamento quanto ao uso político da “língua nacional, a do *favor*”, favor este que remete à “bondade” do narrador em relação ao cativo. Enfim, os estrangeirismos remetem ainda às “ideias fora do lugar” (Schwarz, 2000, pp. 9-31).

Noutro momento, está o nível local do uso da língua portuguesa, inserindo-se a oralidade na literatura. Dois registros linguísticos são evidenciados. O primeiro é o da norma culta usada pelo proprietário com seu acesso à cultura europeia, e o segundo é o da fala popular caricaturizada na do escravo. Nota-se muito bem a importância da linguagem senhorial e a subserviência da fala servil, que se dá através de um realismo tosco, ainda que esta revele a astúcia dos humilhados: “Artura não qué dizê nada, não, senhô” (Assis, 1992, p. 490). Esses dois registros dramatizam as tensões e os conflitos das classes sociais, apontando a predominância do discurso do “homem branco” em relação ao discurso

do “homem preto”. Assim, a linguagem reflete em seus interstícios a beligerância “contida” das classes.

Esses registros configuram-se na forma de antítese, isto é, eles figurativizam os pares senhor *x* escravo, bom *x* mau, branco *x* preto... Isso se revela também na apresentação do texto, que se inicia com a expressão “Bons dias!” e termina com a despedida de “Boas noites”, repercutindo a presença da antítese contida na crônica. Vivendo no contexto conturbado da época, quem poderia ter bom dia e boa noite? A primeira saudação, exclamativa, predispõe o leitor para uma boa notícia, enquanto a segunda sinaliza para uma realidade melancólica.

As consequências da soltura dos cativos são abordadas na crônica publicada em 26 de junho, que trata da abolição como “bom negócio”. O comércio humano continua mesmo após a abolição, vendendo-se até as “almas mortas” dos cativos, como que apontando para a perenidade da questão.

Machado de Assis, atento ao momento político e social, sabia que a abolição seria um fiasco para o trabalhador, já que serviria

para encobrir interesses com um verniz legalista, pois, se a letra mudava, a prática continuava a mesma, o que denota bem como o texto adere à história.

Mas, como anota Alfredo Bosi (s.d.), “Machado nada espera da política enquanto intervenção efetiva na esfera pública. A política que transforma e inova não encontra lugar nas suas crônicas que preferem ver a precariedade nas ações e a vacuidade nas palavras dos homens... políticos”.

O autor cumpre seu papel de escritor e crítico social sem ser panfletário. Analisa seu tempo, transpondo-o para o nível da arte literária, demonstrando sem alarde sua inquietação social. Com economia, mas sem deixar lacunas, o cronista toca com as cordas da ironia o esquema social instalado no país, descaradamente bárbaro. Ele emite sinais do que vem pela frente. Homem de seu tempo, Machado é “estranhamente” atual, já que mais de cem anos depois sua escrita ainda faz sentido, pois as relações sociais sofreram somente leves envernizadas. Machado faz a crítica corrosiva por dentro do discurso liberal “tropical”, fazendo sua luta simbólica contra um estado de coisas que persiste.

---

## BIBLIOGRAFIA

- AB’SÁBER, Tales A. M. “Dois Mestres: Crítica e Psicanálise em Machado de Assis e Roberto Schwarz”, in Maria Elisa Cevasco e Milton Ohata (orgs.). *Um Crítico na Periferia do Capitalismo: Reflexões sobre a Obra de Roberto Schwarz*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 267-89.
- ASSIS, Machado. *Obras Completas*. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1992.
- BOSI, Alfredo. “O Teatro Político nas Crônicas de Machado de Assis”, in <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/bosimachado.pdf>, p. 29 (acesso em: 1º de setembro de 2008).
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. “Memória”, in *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4/jan./2004.
- GLEDSON, John. *50 Contos de Machado de Assis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a Mão e os Anéis. A Lei dos Sexagenários e os Caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1999.
- NAVES, Rodrigo. *A Forma Difícil: Ensaio sobre Arte Brasileira*. São Paulo, Ática, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. 5ª ed. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2000.